



Instrumentos Financeiros e Regras de Governança para Projetos de Segurança Pública

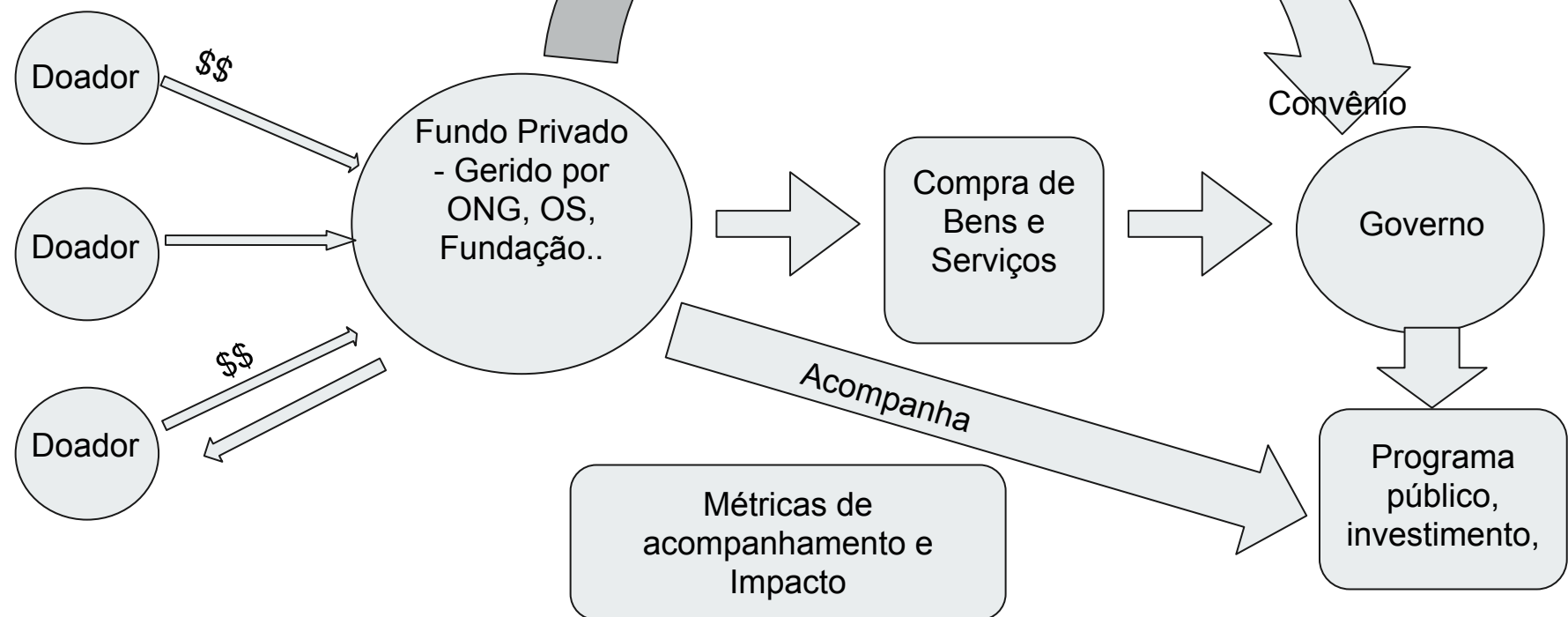
Leandro Piquet Carneiro

Universidade de São Paulo

IDP - Brasília

25-05-2018

Modelos de Financiamento Privado na área da Segurança Pública





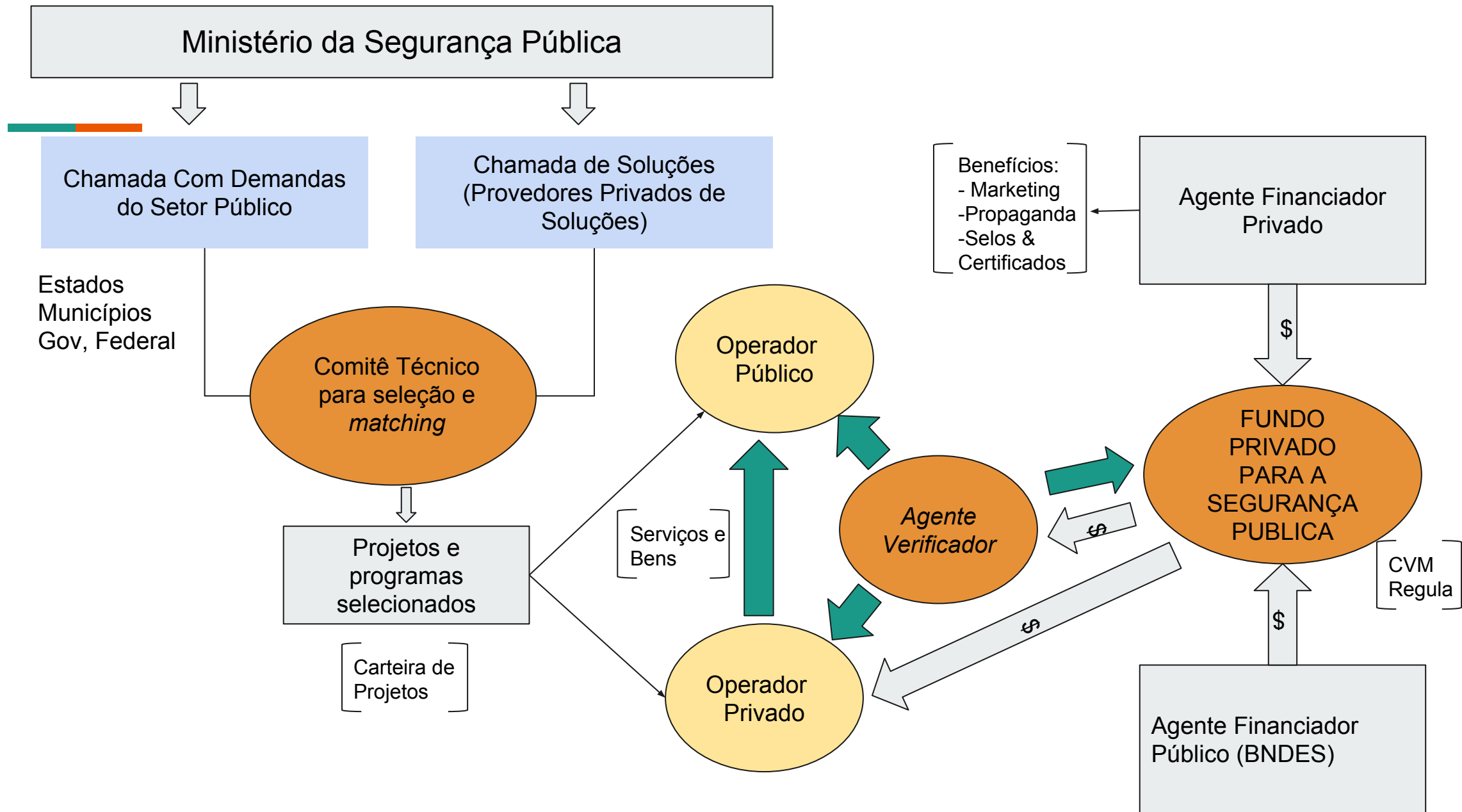
Experiências Prévias

Seguranca Publica

1. Governo do Estado do Rio de Janeiro (2008-15): sistema de gestão por resultados, escritório de gestão (governo e PM), procedimentos operacionais), gestão UPP
2. Município do Rio de Janeiro (2010-16) : UOP e GM
3. Governo de São Paulo (2014-15): Sao Paulo Contra o Crime (sistema de metas)
4. Municipio do Guarujá (2014-15): plano de Segurança Municipal

Segurança Viária:

1. Brasília Vida Segura (2016-2020)
2. São Paulo: Movimento Paulista pela Segurança no Trânsito (2015-2018)





Lógica do Modelo (1)

1. O BNDES tem fundos para investir em um sistema de *matching funds* com o setor privado para programas de segurança pública.
2. O FUNDO PRIVADO PARA A SEGURANÇA PÚBLICO será um fundo de endowment, autorizado e controlado pela CVM.
3. O MESP faz uma consulta pública sobre as demandas dos órgãos federais de segurança, estados e municípios e outra chamada para operadores privados interessados em prover serviços na área de segurança.
4. Um comissão técnica independente faz o matching entre as demandas do setor público e as soluções e serviços ofertados pelos operadores privados.
5. Os repasses do FPSP serão destinados aos agentes privados.
6. As ações financiadas pelo FPSP serão aferidas por agentes independentes (empresas de consultoria, organizações sociais, fundações, organizações não-governamentais) habilitadas para atuar como avaliadores e verificadores dos resultados.



Lógica do Modelo (2)

7. O FPSP financiará diretamente os agentes verificadores e suas atividades.
8. Os financiadores privados terão a possibilidade de apoiar e acompanhar a execução de projetos específicos.
9. O modelo proposto não envolve inovações legais complexas, pois o tempo até o início das operações deve ser o mais curto possível, ainda dentro do mandato do atual governo.
10. Em resumo, e com base na legislação atual é possível desenvolver um modelo com a participação de agentes privados no financiamento, na avaliação e monitoramento e em operações de apoio à segurança pública.